

VULNERABILIDADE E DESASTRE DE 2008 EM BLUMENAU/SC: UMA LEITURA A PARTIR DAS VOZES DOS ABRIGADOS

Andreia Zanluca*

Lílian Blanck de Oliveira**

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

Serviço Social/ Bacharelado (SES0611) – Estágio III

30/04/13

RESUMO

Este artigo é um resumo da Dissertação de Mestrado, experiência que vivenciamos com o desmoronamento em Blumenau, em novembro de 2008. Temos como objetivo mostrar a vulnerabilidade de famílias frente ao poder das águas. A questão que norteou nossa pesquisa foi como e em que medida pessoas atingidas pelo desastre ambiental de 2008 em Blumenau-SC, acolhidas nos abrigos organizados pela Defesa Civil, perceberam a situação de calamidade pública e de que forma estas, somadas às percepções e diferentes situações vivenciadas pelos assistentes sociais e integrantes da Defesa Civil podem contribuir para a prevenção de situações similares. Utilizamos a entrevista como meio de levantar informações sobre o sentimento de ser abrigado, sua necessidade, seu medo e seu sonho. Os resultados sinalizaram, entre outros pontos, para a complexidade das relações entre a multiplicidade das questões sociais e ambientais em áreas consideradas de risco, que decorrem de um conjunto de vulnerabilidades a requerer e exigir outros olhares e leituras para as demandas da problemática. Mobilizar o conjunto da sociedade envolvente, os sujeitos diretamente atingidos, o poder público, instituições governamentais e não governamentais, buscando coletiva e paulatinamente erradicar raízes históricas, políticas e sociais, que subsidiam e dão corpo à (re)incidência da questão, se apresentam como uma das possibilidades para mudanças.

Palavras-chave: Vulnerabilidade. Desastre Blumenau 2008. Abrigamentos.

1 INTRODUÇÃO

Blumenau foi fundada em 1850 (mil oitocentos e cinquenta), por colonizadores alemães, que vieram ao Brasil devido a uma campanha internacional para povoar o sul do

país. (DIAS, 1995).

Blumenau é uma cidade que, desde seu primeiro povoado, teve grandes enfrentamentos com períodos de cheias que, conforme Siebert (2000), em 1850 muitas

*Andreia Zanluca é formada em Serviço Social, Mestre em Desenvolvimento Regional e atua como tutora interna do curso de graduação em Serviço Social da UNIASSELVI.

**Lílian Blanck de Oliveira possui graduação em Pedagogia pela Fundação Educacional Regional Jaraguense (1991) e doutorado em Teologia pela Escola Superior de Teologia, área de Educação e Religião (2003).

lavouras foram perdidas causando prejuízo aos agricultores, o que no decorrer dos anos seguintes mostrou que aconteceria com frequência.

Kormann (1994) afirma que é uma cidade praticamente em quase toda a sua extensão montanhosa, isso ajuda o rio Itajaí-Açu a formar a sua correnteza e sua beleza, uma vez que este rio corta a cidade, formando uma linda paisagem.

A região é marcada pela presença de quatro morros, sendo eles: Santo Antonio, Spitzkopf, Do Cachorro e Da Cruz. Três serras fazem parte do cenário da cidade, sendo elas: Do Selke, Da Carolina e Do Itajaí, o que delimita o espaço geográfico do município, pois marca a divisa com outras cidades, conforme Kormann (1994).

Em 1986 (mil novecentos e oitenta e seis), foi desmatada uma enorme área, nos alerta Bacca (2000), devido às construções irregulares ou para uso do solo agrícola na região.

Sabemos que, por causa das montanhas e serras, existem grandes precipitações pluviométricas, assim quando há períodos de chuvas intensas, as ruas da cidade se tornam um verdadeiro canal de passagem de água, o que pode oportunizar enchentes, deslizamentos, enxurradas e erosões.

Blumenau é uma cidade conhecida pela extrema beleza das flores e seus encantos naturais, cascatas, belos recantos florestais, piscinas, lugar onde a natureza mostra o que tem de melhor, porém, em 2008, essa mesma natureza mostrou o poder das águas.

Siebert (1996), em sua pesquisa, revela que o crescimento das cidades e a distribuição da população transformam os ambientes possibilitando as diversas intempéries da natureza. Em 2008 isso foi

comprovado nas ruas da cidade, e o desastre marcou a sua história.

Podemos ressaltar que, devido às enchentes, as moradias foram subindo os morros, o que ocasionou os desmatamentos e terraplenagem indevida em terrenos nas encostas. (SIEBERT, 1996).

2 AS VÁRIAS VULNERABILIDADES

Vários pesquisadores utilizam o termo vulnerabilidade para designar determinadas fragilidades no grupo ou individuais, por causa disso é um termo amplo e que recebeu diversos conceitos.

O conceito de vulnerabilidade é usado num sentido amplo, pois diz respeito a um “[...] grau de perda para um dado elemento, grupo ou comunidade de uma determinada área passível de ser afetada por um fenômeno ou processo”. (BRASIL, (2007, p. 26).

Castro (2000, p.16) diz que vulnerabilidade é uma “[...] condição intrínseca ao corpo ou sistema receptor que, em interação com a magnitude do evento ou acidente, caracteriza os efeitos adversos, medidos em termos de intensidade dos dados prováveis”.

Estudos desenvolvidos pela Defesa Civil mostraram que o grau de vulnerabilidade caracteriza na maioria das vezes a intensidade dos desastres, afirma Castro (2000).

Em publicações como o Relatório das Metrôpoles, são utilizadas expressões como territórios vulneráveis, para se falar de espaços onde se encontra escassez de recursos num sentido geral.

Podemos afirmar que somente a partir da década de 70 surgiu a análise de vulnerabilidades sociais, políticas e econômicas no campo dos desastres naturais ou tecnológicos. Porto (2000) mostra que sua origem conceitual reconstrói a concepção de

ecossistema de resiliência¹ e o estudo das populações marginalizadas.

Até a década de 70 o termo vulnerabilidade estava associado à resistência dos materiais, principalmente a resistência do aço ao meio ambiente, muito utilizado na Física e Engenharias.

A noção de vulnerabilidade sugere muitos fatores de risco que o sujeito pode vivenciar em diferentes situações. Essa adaptação positiva ou superação vivenciada pelo sujeito é que identifica a resiliência, pois considera que a “[...] dinâmica entre os mecanismos emocionais, cognitivos e sócio-culturais influem no desenvolvimento humano”. (TORRALBA; VÁSQUEZ-BRONFMAN, 2006, p. 30).

Yunes (2003) concorda que novas pesquisas devem ser feitas para compreender como a capacidade humana de enfrentar e de ser fortalecida por experiências em situações de vulnerabilidades está presente no cotidiano de indivíduos e organizações.

Depois dos anos 80 (oitenta) aparecem as abordagens mais críticas sobre os estudos de riscos e vulnerabilidades, pois, segundo Santos (2007), esta categoria começou a ser considerada imprescindível para a compreensão das características e das transformações urbanas. Em 1996 (mil novecentos e noventa e seis) o autor já discorria em sua obra sobre os problemas decorrentes do crescimento urbano. A cada ano a paisagem torna-se mais destoante do meio natural.

O meio urbano é cada vez mais um meio artificial, fabricado com restos da natureza primitiva crescentemente encoberta pelas obras dos homens. “A paisagem cultural substitui a paisagem natural e os artefatos

tomam, sobre a superfície da terra, um lugar cada vez mais amplo.” (SANTOS, 1996, p. 42).

A produção de um espaço habitado, dinamizado por uma estrutura socioespacial desordenada e desigual, cria e recria como uma de suas características as várias vulnerabilidades.

O imaginário de progresso imediato é tão insolente que referencia somente a noção quantitativa de crescimento, explorando os recursos naturais indiferentes às consequências que a ausência destes causará à qualidade de vida humana, expondo cada vez mais a vida humana aos desastres naturais. (GIDDENS, 1991).

No plano institucional, a vulnerabilidade está associada à existência de políticas e ações organizadas que enfrentam e avaliam o compromisso das autoridades, as ações efetivamente propostas e implantadas, coalizão interinstitucional e intersetorial, (saúde, educação, bem-estar social, trabalho etc.), além do financiamento adequado e estável dos programas e de sua continuidade.

Segundo Valadão (2002), quanto maior for o compromisso com a política ou programas, mais se abrem possibilidades para a sociedade se fortalecer e se empoderar.

Empoderamento, de acordo com Vasconcelos (2001, p. 5), é o “[...] aumento do poder pessoal e coletivo de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão e dominação social”. *Empowerment*, de origem inglesa, significa “dar poder”. Esta leitura e compreensão foram muito utilizadas por Paulo Freire em suas obras com um significado novo, pois,

1 Resiliência, neste contexto dissertativo, significa capacidade de um sistema recuperar-se frente a perturbações, pois esta palavra deriva da resistência do aço fundido, que, apesar dos golpes recebidos, recupera sua forma inicial. A palavra resiliência “[...] provém do latim *resalir*: saltar e voltar a saltar do problema, recomeçar” (TORRALBA; VÁSQUEZ-BRONFMAN, 2006, p. 30).

contrário a dar poder, o empoderamento brasileiro vem com um movimento de dentro para fora da pessoa, grupo ou instituição, sentimento forte de conquista, construção pessoal e/ou coletivo (SHIAVO; MOREIRA, 2005).

Para uma pessoa ter o empoderamento, esta deve obter as informações adequadas, passar por um processo de reflexão e tomada de consciência de sua condição. Neste contexto a pessoa tem uma mudança de atitude e parte para a prática de objetivos ou metas. Então, empoderar significa promover a iniciativa e a participação das pessoas.

Para as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade, o empoderamento é muito mais difícil, pois, com pouca escolaridade, pouca consciência de sua condição de vida, não tem a prática de reflexão sobre os direitos. Um exemplo são as moradias construídas em áreas de risco, que nada mais são que vulnerabilidades relacionadas com a terra.

As vulnerabilidades relacionadas com a terra envolvem as formas e condições de moradia, tipos de construção, estabelecimentos agropecuários, comerciais, industriais, formas do sistema viário, além de sua localização geográfica (CASTRO, 2000, p. 27).

Temos então várias questões que envolvem as diferentes formas de vulnerabilidades, como a social, econômica, institucional (programática), pessoal (ou individual), cultural, segundo nos orientam Buchalla e Paiva (2002).

Entretanto, cabe registrar que, para fazer uma análise das categorias de vulnerabilidades, seria necessário articular uma pesquisa transdisciplinar, pois precisaríamos de diferentes profissionais das áreas da biologia, geografia e tecnólogos, além de profissionais das políticas públicas, para verificar o que está por detrás das situações em suas particularidades.

Valêncio e colegas pesquisadores (2009) apresentam estudos realizados com populações brasileiras atingidas por desastres e relatam diversas situações de vulnerabilidades. Neste contexto, observou-se que o termo vulnerabilidade geralmente está associado a três sentidos distintos, porém complementares como: econômico, relacionado à escassez de renda; social, associado às condições básicas das famílias; e ambiental, relacionado às agressões ao meio ambiente.

As vulnerabilidades econômicas estão associadas às grandes crises econômicas, devido aos períodos de guerras ou quedas das bolsas de valores. Podemos definir que é uma crise que afeta um setor da economia de um país que, por sua vez, delimita o mundo do trabalho.

Ao afetar o mundo do trabalho acaba mexendo com a família empobrecida, que na sua maioria cumpre funções que não exigem escolaridade. São os primeiros a ser demitidos em caso de crise.

A vulnerabilidade social está associada à carência de acesso aos programas e serviços. Um exemplo é o pertencimento social que são as discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, conforme Katzman (2005).

Para Castel (1998), vulnerabilidade social “[...] é uma zona intermediária instável que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade”. Para estas fragilidades existe a proteção social básica discriminada na Política Nacional de Assistência Social.

Para autores como Moser (2008) e Kaztman (2005), a vulnerabilidade social é utilizada para analisar a situação dos excluídos socialmente na América Latina, pois perpassa pelas situações capazes de compreender as questões relacionadas à pobreza, que vão além da falta de renda.

Vulnerabilidad no es exactamente lo

mismo que pobreza se bien La incluye. Esta última hace referencia a una situación de carência efectiva y actual mientras que la vulnerabilidad trasciende esta condición proyectando a futuro la posibilidad de padecería a partir de ciertas debilidades, que se constatan en el presente. (KATZMAN, 2005, p. 4).

Enquanto a discussão sobre a vulnerabilidade social ainda avança e em seminários e conferências são estipuladas formas de avaliar e intervir, temos a vulnerabilidade ambiental no mesmo patamar de dificuldades em medir os avanços e retrocessos da vulnerabilidade nos últimos anos.

É na década de 70 (setenta) que a história ambiental passa a ser vista como campo de estudo, pois com o aparecimento da crise energética surgiram vários problemas ambientais, que impulsionaram a criação de debates sobre o tema ambiental (MATHEWSON; SEEMANN, 2008).

O século XX trouxe a urbanização e com ele a lógica do lucro, comenta Silveira (2008), que afirma em seus estudos que as exigências do mundo capitalista foram a destruição do meio ambiental, pois criaram necessidades de consumo, que, ao serem atendidas, resultaram nas vulnerabilidades ambientais que temos hoje.

Em seu processo de interação com o espaço natural o homem sempre introduz modificações que visam ao atendimento de suas necessidades, transformando o lugar em particular e único. Isso ocorre devido às experiências e sentimentos ali decorridos e vivenciados, assim uma bacia hidrográfica pode estar densamente povoada e ser um objeto natural marcado por objetos do cotidiano dos moradores, ou seja, passa a representar um lugar para essas pessoas. (SILVEIRA, 2008, p. 2).

As questões presentes nas discussões sobre vulnerabilidade ambiental são as relações da pessoa com o meio onde vive, sabendo que o lugar de moradia pode oferecer riscos específicos, na medida

em que esta vai suprir suas necessidades pessoais e/ou coletivas.

3 O DESASTRE E SUA HISTÓRIA

Varias cidades de Santa Catarina foram vítimas da catástrofe natural, que aconteceu em novembro de 2008. Uma destas cidades foi Blumenau, com um total de 87 áreas de risco, 22 mil pessoas entre desabrigadas e desalojadas, e o falecimento de 24 pessoas. (SOLANO, 2009).

O jornal anunciou que: 12 municípios decretaram estado de calamidade pública e outros 33 decretaram estado de emergência, 4 rodovias federais e 9 estaduais foram interditadas por causa dos deslizamentos (ZERO HORA, 2008).

As ruas da cidade ficaram cobertas de lodo que, em algumas regiões, cobriu as casas, deixando uma imagem desoladora. Para aqueles que queriam ver algo, encontraram somente barro e lama.

Todos os moradores da cidade procuravam um lugar para se abrigar, pois naquele momento todos os espaços pareciam molhados e inseguros.

Sabendo que os habitantes de Blumenau estão acostumados com o subir das águas em períodos de cheia, mas desmoronamento como o que aconteceu em 2008 foi a primeira vez que ocorria e ninguém entendia a descida de barreiras nas casas.

As famílias ficaram marcadas com a trajetória que tiveram que fazer para conseguir água e comida, além do deslocamento com canoas e muita caminhada até chegar aos pontos de abrigos.

Os abrigos são os 34 pontos da cidade de Blumenau, distribuídos entre os 35 bairros, considerados seguros contra enchente, enxurradas e desmoronamentos, determinados pela Defesa Civil, assim nos mostra o Boletim Oficial nº 218 (BLUMENAU,

2008).

Estes abrigos estão localizados em associações, ginásios de esportes, escolas públicas, capelas, igrejas e clubes de caça e tiro, todos têm rota alternativa, ou melhor, mais de uma via de acesso.

O trabalho da Defesa Civil na cidade tem se mostrado efetivo ao longo da história das enchentes, mas no momento da calamidade todos corriam contra o tempo, pois a retirada das pessoas dos locais ou o encaminhamento dos maquinários depois dos deslizamentos de terra se mostraram aterrorizantes para todos.

Neste contexto, enquanto uns corriam para salvar pessoas enterradas, soterradas ou que procuravam passagem na água, outros corriam para salvar a própria vida.

Todos estavam à procura de um lugar seguro, pois as águas da enchente iriam abaixar e a limpeza começaria, mas os desmoronamentos que deixavam desabrigados e desalojados tinham outra configuração, e os responsáveis de equipe também não tinham respostas imediatas para dar.

4 OS DESABRIGADOS¹ E DESALOJADOS²

Um dos abrigos da cidade de Blumenau, dados como seguros, é o Salão Caça e Tiro Itoupavazinha, localizado no bairro Itoupavazinha.

No Salão Caça e Tiro Itoupavazinha, no dia 23 de novembro de 2008, deram entrada em situação de vulnerabilidade 73 (setenta e três) famílias, que eram separadas por cadeiras, que constituíam as paredes que delimitavam o novo espaço para dormir e acalantar os filhos.

Os abrigamentos eram feitos pela equipe da Defesa Civil de Blumenau que preenchia uma ficha de inscrição, com o objetivo de levantar dados sobre o local de moradia, quantidade de pessoas da casa, se havia vítimas, se houve desmoronamento ou enchente, entre outras questões.

Com o passar dos dias as famílias foram incorporadas à rotina do lugar, a alimentação era servida em horários predeterminados e, com a colaboração de todos, faziam a limpeza dos espaços coletivos.

As águas foram baixando e as famílias retornaram às suas casas, algumas foram para casa de parentes e amigos, enquanto outras, sem qualquer outra possibilidade, continuavam no abrigo.

No dia 8 de dezembro, as 13 (treze) famílias que continuavam abrigadas, foram transferidas para a Escola Leoberto Leal, pois o Salão tinha que continuar com sua agenda.

Neste contexto as famílias que perderam suas casas perdiam novamente seu espaço e iam para um novo lugar de moradia, chamado de abrigo.

4.1 ESCOLA LEOBERTO LEAL

Muitas ruas, casas e famílias foram levadas com a água. A tragédia em Blumenau-Santa Catarina marcou a trajetória de muitas famílias, principalmente as treze famílias que ficaram abrigadas no Salão de Caça e Tiro Itoupavazinha, que acompanhamos por um período de três meses na Escola Leoberto Leal.

Nesta Escola cada família recebeu uma sala de aula para dormir, as refeições continuavam coletivas, e as atividades

1 Desabrigados são todos os sujeitos que perderam os seus abrigos, ou melhor, as suas casas.

2 Os desalojados são os sujeitos que não podem entrar em suas casas por um período temporário.

para as crianças, com o educador social, aconteciam sistematicamente.

Cada família era responsável pela limpeza e organização de seus quartos, mas observamos que algo simples para uma dona de casa no colégio tinha as suas dificuldades. Podemos usar como exemplo a lavagem de roupas: havia uma rotatividade de 13 famílias para um único tanque de duas cubas.

Aquela roupa que algumas gostam de deixar de molho, ou quorar, ali se tornava uma ação impossível, além da cadeirante que não alcançava o tanque, pois não foi adaptado para ela e, sim, para as atividades da escola.

Quanto ao varal, não havia espaço físico para tantas cordas e roupas, sem contar que em dezembro de 2008 e janeiro de 2009, atendemos os usuários da secretaria nos espaços do abrigo, o que interferia na dinâmica familiar.

Em fevereiro de 2009, quando os funcionários da escola retornaram para o início das aulas, a rotina dos abrigados ficou um pouco diferenciada, pois encontrávamos pelos corredores abrigados vestidos de pijama e funcionárias da escola com sapatos de salto.

O mais importante foi quando os sujeitos que tudo perderam foram se apropriando dos novos espaços, fazendo da sua sala de aula um quarto para chamar de seu.

4.2 OS PROFISSIONAIS NO ABRIGO

Nos abrigos havia vários profissionais que compunham o grupo, entre eles estava o educador social, pedagogas, psicólogo, o assistente social e uma equipe do Exército.

O assistente social foi o único profissional obrigatório em todos os abrigos espalhados pelos bairros de Blumenau, pois as famílias apresentavam um quadro de

instabilidade e vulnerabilidade. Trabalhava nos abrigos sempre com a perspectiva de acomodar as famílias no novo espaço, assim como intermediar os conflitos que surgiam no dia a dia.

Assim ficamos na escola até a nova transferência dos sujeitos à moradia provisória no bairro Badenfurt.

Cabia aos profissionais em Serviço Social, no primeiro momento de chegada ao colégio, atender a demanda espontânea por causa da enchente. Ao representante da Defesa Civil ficava o acolhimento e estabelecimento de regras para as 13 famílias. Assim a localização dos quartos, da cozinha, da despensa, dos dormitórios do Exército foi definida pela organização.

O Serviço Social, por sua vez, fez os atendimentos de forma coletiva, no corredor do colégio, pois não havia nenhum quarto disponível para o nosso trabalho.

Ser um assistente social não é uma tarefa fácil em um momento de calamidade, pois exige do profissional um conhecimento das políticas públicas da cidade e os encaminhamentos possíveis por causa da quantidade de pessoas afetadas e pela dificuldade de acesso aos espaços.

Conviver com as pessoas que viam a água descer e pensar como fariam para limpar o que sobrou de suas casas era desolador, porém pior era não saber o destino daqueles que perderam a casa, a rua e as referências de uma vida inteira. O lugar de moradia está associado a lembranças, a um valor, uma conquista, uma identidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Blumenau é uma cidade bonita, cheia de flores, mas falta infraestrutura nas regiões periféricas, onde se encontram as ocupações irregulares, ocupações de áreas verdes, ocupações de encostas.

Verificamos que as famílias empobrecidas alimentam o sonho de ter moradia, um lugar, um teto que possam considerar como seguros, mas são estas pessoas as mais fáceis de ser enganadas e levadas a comprar terrenos impróprios.

O abrigo, por mais que quiséssemos torná-lo aconchegante, acolhedor, não conseguiríamos transformá-lo em um lar, pois ele vinha associado com a lembrança de tudo que foi perdido, da rua que desapareceu, da lama, do espaço, do sentimento de propriedade, enfim, de sentimentos e lembranças que eram únicos para cada família.

O Serviço Social aparece como um executor progressivo das intervenções do Estado, para regulamentar a vida da sociedade, na perspectiva do enfrentamento das questões sociais, com ações interventivas e com a finalidade de proteção às classes empobrecidas. Quando as demandas emergem, nos mostram Degennszajh (2001) e Teixeira (2002), as políticas públicas são distribuídas ou redistribuídas na forma de atender as necessidades, para garantir enquanto um direito coletivo e nunca individual.

Uma destas demandas por políticas públicas foi a situação de abrigamentos no desastre ocorrido em Blumenau em novembro de 2008. Nas vozes dos abrigados encontramos as mais variadas interpretações para as muitas vulnerabilidades que apareceram ou que permeiam as situações que envolveram o desastre, assim como as diferentes necessidades especiais e vivências nos abrigamentos como a angústia dos adolescentes; espaços e lugares de moradia; relações com o sagrado; sentimento de perda dos parentes falecidos; as dificuldades em conviver com pessoas estranhas, entre outras.

Os abrigos se apresentavam como um espaço limitador de oportunidades, pois neles se encontravam famílias que, por estarem à margem dos direitos sociais, ficaram

vulneráveis a todos e a tudo. O auxílio-reação foi uma das políticas públicas que deixou todos os desabrigados excluídos dos programas de auxílio financeiro, pois uma pessoa abrigada não poderia receber outro auxílio, uma vez que já era assistida pela SEMASCRI (Secretaria Municipal de Assistência Social da Criança e Adolescente).

Os munícipes retirados, deslocados abruptamente pelo desastre do seu espaço de convívio e alojados em abrigos temporários, sentiam-se duplamente excluídos: uma vez pela perda de seus lugares - moradias de origem - e outra pela premência em aceitarem ofertas de trabalho, independente de sua qualificação profissional anterior. Parecia-lhes que, com o rio e a lama, também se perderam suas identidades.

Entre as várias situações de desastre no município, ainda se acresceram os impasses criados pela burocracia federal, que, com promessas do recebimento de verbas da União, aumentou a confiança das vítimas da calamidade no vislumbre da conclusão das novas casas. Porém, com a transformação da verba em um Programa Nacional de Apoio às Obras de Prevenção a Desastres, o dinheiro foi destinado a toda cidade do país em situação de calamidade (BORBA, 2009).

Diante da realidade deplorável da catástrofe, na semana seguinte as lojas reabriram suas portas, as fábricas descontavam o salário daqueles que tudo perderam, muitas vezes, e a cidade se mostrou forte e limpa na parte central, enquanto ruas inteiras nos bairros sumiram debaixo da lama.

As várias vulnerabilidades aparecem neste contexto de desastres no município de Blumenau em 2008. Todas as situações anteriores ou posteriores ao desastre perpassam e são mediadas pelo menos por uma das vulnerabilidades descritas de forma breve neste artigo.

As vulnerabilidades humanas, referindo-se às pessoas que perderam seus bens materiais ou pessoas queridas, vão além

da simples competência municipal frente à dor. Profissionais da área da psicologia, fisioterapia, assistentes sociais, educadores físicos, médicos, entre outros, poderiam ter sido disponibilizados pelo município aos abrigos para fazerem um trabalho em grupo, possibilitando aos abrigados um acompanhamento profissional, no momento de pontuar suas angústias e/ou desejos.

As vulnerabilidades econômicas, muito conhecidas mundialmente através das crises, também são alvo do conhecimento popular através dos produtos que com a falta do dinheiro não são adquiridos. O desemprego, que geralmente no nosso país está aliado às crises mundiais, estava muito próximo dos desabrigados, uma vez que das nove famílias entrevistadas somente quatro tinham empregos formais, essas ainda com salários inferiores a três salários mínimos, o que dificulta a aquisição de bens devido à renda familiar.

As vulnerabilidades econômicas, no caso dos abrigados, são difíceis de separar das que existiam antes do desastre e das que apareceram após. No entanto, o que pudemos constatar é que as que vieram da nova situação vivenciada acumularam necessidades. Muitas das vulnerabilidades que existiam anteriormente ao desastre eram visíveis ao poder municipal, uma vez que muitas das famílias abrigadas já eram atendidas na SEMASCRI por programa federal ou municipal.

Podemos aqui repetir o que já pontuamos no decorrer do trabalho, que as chuvas fizeram estragos em toda a cidade, porém para os grupos desfavorecidos esses estragos são incalculáveis, imensuráveis. A cidade de Blumenau poderia ser decretada como uma região sujeita a vulnerabilidades, uma vez que apresenta uma pelo seu histórico relacionado a desastres, consequência de sua geografia muito irregular.

Assim, poderíamos dizer que as vulnerabilidades ambientais ficam estabelecidas na ausência do Poder Público

acerca dos problemas urbanos, pois existe uma necessidade de algumas pessoas serem mediadas pelo Estado.

O Estado, por sua vez, precisa lançar mão de políticas públicas nos municípios, no sentido de refletir com as comunidades nos bairros sobre os vários perigos que as cercam e a vulnerabilidade humana frente às chuvas, tão preciosas e necessárias.

REFERÊNCIAS

- BACCA, Lauro Eduardo. Considerações e opiniões sobre a questão ambiental: o caso de Blumenau, SC. **Dynamis**, Blumenau, v. 8, n. 33 - parte II, p. 36-56, out./dez. 2000.
- BLUMENAU. Boletim nº 218/08 da Defesa Civil, de 24/11/2008. Disponível em: <www.judsonmaria.net>. Acesso em: 24 jun. 2012.
- BORBA, Julia. Burocracia enfraquece promessa de habitação. **Jornal de Santa Catarina**, Blumenau, 13 mar. 2009. Caderno de Política. p. 4.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional de Defesa Civil. **Curso de formação de orientadores em Defesa Civil** (modalidade a distância). Brasília: SEDEC/MI, 2007. Disponível em: <http://www.defesacivil.gov.br/capacitacao/reducaodesastres/curso/unidade1a p>. Acesso em: 7 mar. 2009.
- BUCHALLA, Cássia Maria; PAIVA, Vera. Da compreensão da vulnerabilidade social ao enfoque multidisciplinar. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 36, n. 4, ago. 2002.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTRO, A. C. L. **Manual de planejamento em defesa civil**. Brasília: SEDEC, 2000. v. 2. Disponível em: <www.defesacivil.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2009.

DEGENNSZAJH, Raquel Raichelis. Organização e gestão das políticas sociais no Brasil: desafios da gestão democrática das políticas sociais. In: UNIVERSIDADE NACIONAL DE BRASÍLIA. **Capacitação em serviço social e política social**. Brasília: UnB, 2001. v. 3.

DIAS, Maria de Fátima Sabino. **Sindicalismo e Estado corporativista: o caso do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau 1941-1950**. 1985. Dissertação (Mestrado em História do Centro de Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1985.

KORMANN, Edith. **Arte, cultura e as histórias de sua gente (1850-1985)**. Blumenau; Florianópolis: Paralelo 27, 1994.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

KAZTMAN, Ruben. **Vulnerabilidad y exclusión social**. Una propuesta metodológica para el estudio de las condiciones de vida de los hogares. 2005. Disponível em: <www.cchla.ufrn.br/rmnatal/artigo/artigo16.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2009.

MATHEWSON, Kent; SEEMANN, Jörn. A geografia histórico-cultural da Escola de Berkeley: um precursor ao surgimento da história ambiental. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, 2008.

MOSER, Magali. **Personagens de novembro no centro das decisões**. *Jornal de Santa Catarina Blumenau*: 27 e 28 de dez de 2008. Geral. p. 20.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, R. F. (Org.). **Vulnerabilidade ambiental, desastres naturais ou**

fenômenos induzidos. Brasília: MMA, 2007.

SHIAVO, Marcio R.; MOREIRA, Eliesio N. **Glossário geral**. Rio de Janeiro: Comunicarte, 2005.

SIEBERT, C. **Estruturação e desenvolvimento da rede urbana do Vale do Itajaí**. Blumenau: EDIFURB, 1996.

SIEBERT, Cláudia. A evolução urbana de Blumenau: a cidade se forma (1850- 1938). In: THEIS, Ivo Marcos; MATTEDI, Marcos Antônio; TOMIO, Fabrício Ricardo de Lima (Org.). **Nosso passado (in)comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia de Blumenau**. Blumenau: Edifurb, 2000.

SILVEIRA, Aline Ferreira. **Estudos de vulnerabilidade socioambiental e usos do território na microbacia do Ribeirão da Penha - Itapira-SP**. 2008. Disponível em: <<http://www.puc-campinas.edu.br/websist/portal/pesquisa/ic/pic2008/resumos/Resumo/%7B1D573D1D-BC9B-4381-8690-F1079DF4C01E%7D.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2010.

SOLANO, Pablo. Blumenau proíbe volta a áreas de deslizamento até abril. Disponível em: <www.folha.com.br>. Acesso em: 9 jan. 2009.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Cadernos da AATR-BA** (Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia), Salvador, 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 20 maio 2009.

TORRALBA, I.; VÁSQUEZ-BRONFMAN, A. **La resiliência inclusión social y tutores de vida**. Barcelona: Gedisa, 2006.

VALADÃO, P. **Contribuição para o estudo de movimentos de vertente nos Açores.**

2002. Tese (Mestrado em Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos do Departamento de Geociências) - Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2002.

VALENCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva et al. O sistema nacional de Defesa Civil (SINDEC) diante das mudanças climáticas: desafios e limitações da estrutura e dinâmica institucional. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 24 jan. 2009.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. A proposta de empowerment e sua complexidade: uma história na perspectiva do serviço social e da saúde mental. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 65, p. 5-53, mar. 2001.

YUNES, M. A. Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, p. 75-84, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em: 30 jun. 2006.

ZERO HORA. Controle sobre circulação de pessoas vale para cidades atingidas pela chuva em Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/zerohora>>. Acesso em: 27 nov. 2008.